

### 3.2. PEDIDOS DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:

Submetem-se à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais (H-1/16º, H-1/17º, H-1-18º, H-1/19º e H-1/20º):

<b>Requerentes:</b>	<b>Local</b>	<b>Taxa</b>
José Pedro Peixoto Rito Pontes	Obras de reconstrução e ampliação do imóvel sito na Rua da Boavista, n.º 250	1 533,45€
GAVIEIRAS –Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Obras de reconstrução e ampliação do imóvel sito na Rua de S. Marcos, n.ºs 94/98	2 208,19€
Talentperception - S.A.	Obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na Rua dos Capelistas, n.ºs 67 a 73	286,33€
Duarte Nuno Araújo Macedo	Obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.ºs 545 e 547	393,15€
<i>Compagnia Delgusto</i> Restauração, Lda.	Obras de conservação do imóvel sito na Rua D. Diogo de Sousa, n.ºs 19, 21 e 21A	525,45€
Manuel Ferreira Lopes	Obras de conservação do imóvel sito na Rua dos Chãos, n.ºs 63 e 65	194,45€
Administração de Condomínio	Obras de conservação do imóvel sito na Av.ª General Norton de Matos, n.º 32	1 172,02€
Nortempresa, Lda.	Obras de conservação do prédio sito na Rua do Souto, n.º 99	163,38€

Panorama Ordenado Unipessoal, Lda.	Obras de reconstrução, alteração e ampliação de dois edifícios sitos na Rua de S. Vicente, n.ºs 84 a 86	197,24€
Sara Correia Lemos	Obras de alteração de edifício sito no Largo Sr.ª da Boa Luz, n.º 13	267,85€
José Tiago de Andrade dos Santos Martins Pacheco	Obras de conservação do edifício sito no Largo de Santa Cruz, n.º 35	311,84€
Paulo Jorge Cibrão Pinto	Obras de alteração e ampliação do prédio sito na Rua de Santa Margarida, n.ºs 7/9	948,55 euros
Confraria do Bom Jesus do Monte	Obras de conservação e restauro das estruturas integradas no Santuário do Bom Jesus do Monte	183,32 €
Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Braga	Obras de reabilitação, conservação e restauro, Largo de S. Francisco, UF Freguesia de Braga (S.José de S.Lázaro e São João do Souto)	13.781,73

Tem informação circunstanciada da Divisão Financeira.

Anexa-se parecer jurídico prestado pela DMGAP.



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Informação - 2565

**Assunto:** Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

**Processo n.º** 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.

Concluído.  
A Dev. Financeira para  
os devidos efeitos.

1921-24

1 – No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *“A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente).”*

Analisados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a “proteção do existente”, que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e **adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico** - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *"Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais **nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º**;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

*“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:*

- i. Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*

- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

*2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.”*

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.



Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

*Ana Bernardino*  
22/01/2019.

DMGAP

Concordo com a  
interpretação da M. Ana Bernardino.  
Remeter à M. Olga Pereira.  
Como esta interpretação merece a  
concordância do M. Presidente,erei  
de adotar este entendimento, não  
e em todos os casos análogos.  
Após despacho, remeter à Direção  
Financeira.  
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *dy*

**Nº Informação:** 7503

**Data:** 11/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 267/2017 – José Pedro Peixoto Rito Pontes, com o número de identificação fiscal 216 625 718 - taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público (tapume) para realização de obras de reconstrução e ampliação do imóvel sito na Rua da Boavista, n.º 250, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de 1.533,45€ (mil quinhentos e trinta e três euros e quarenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 173,52€
- iii) Áreas brutas de reconstrução e ampliação: 260,29€
- iv) Emissão de alvará de licença de O.E.P.: 96,56€
- v) Prazo da licença (12 meses): 173,52€
- vi) Tapume: 586,91€
- vii) Taxa de O.E.P.: 146,09€

**TOTAL = 1.533,45€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 18323, datada de 07 de junho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor





Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Joana Barroso*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo com a informação fornecida.  
À consideração superior.  
Recebido, 24/04/2019.*

*Concordo com a informação técnica. Isenção do h. DN6AP,  
Dr. Miguel Lemos.*

*2019/04/30*

*[Signature]*

*Concordo.*

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
*Miguel Antunes Guimarães*

*A ... do Senhor ...*

*19.05.08*

*[Signature]*

**Nº Informação:** 8915

**Data:** 21/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 440/2017 – GAVIEIRAS - Empreendimentos Imobiliários, S.A., com o número de identificação fiscal 503 367 150 - taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público (tapume/andaime, grua e contentor) para realização de obras de reconstrução e ampliação do imóvel sito na Rua de S. Marcos, n.º 94/98, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 2.208,19€ (dois mil duzentos e oito euros e dezanove cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença (reconstrução e ampliação): 98,65€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 179,40€
- iii) Áreas totais: 528,08€
- iv) Áreas de varanda e terraço: 15,63€
- v) Emissão de alvará de licença (OEP): 98,65€
- vi) Prazo da licença O.E.P. (9 meses): 134,55€
- vii) Tapume: 628,43€
- viii) Taxa de O.E.P.: 165,38€
- ix) Taxa de O.E.P. (colocação de grua): 220,50€
- x) Taxa de O.E.P. (colocação de contentor): 138,92€

**TOTAL = 2.208,19€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 4978, datada de 13 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.



Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo com a informação  
A Consideração superior  
Dado em, 24/04/19.

Concordo com a informação técnica.

A pedido do Sr. DNOSP, Sr. R. P. P.

\_\_\_\_\_

2019/04/20

→

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães

7/5/2019

A ... de ...

190508

\_\_\_\_\_

Utilizador: Joana Barroso

**Nº Informação:** 12186

**Data:** 17/04/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo n.º 1569/2018 – *Talentperception* - S.A., com o número de identificação fiscal 514 368 314 - taxa de Ocupação do Espaço Público (tapume/andaime) para realização de obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na Rua dos Capelistas, n.ºs 67 a 73, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 286,33€ (duzentos e oitenta e seis euros e trinta e três cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume: 142,10€
- iv) Taxa de O.E.P.: 30,63€

**TOTAL = 286,33€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 858, de 09 de janeiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo com a informação técnica.  
A considerar superior.  
Pontevedra, 24/04/19.

Concordo com a informação técnica.

A nível do h. DMGAP, do. Miguel Guimaraes.

2019/04/30

→

Concordo.  
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimaraes  
19/05/19

A nível do Centro.

19/05/19



Utilizador: Joana Barroso

**Nº Informação: 8939**

**Data: 21/03/2019**

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 244/2019 – Duarte Nuno Araújo Macedo, com o número de identificação fiscal 163 126 666 - taxas de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.ºs 545 e 547, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 393,15€ (trezentos e noventa e três euros e quinze cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 98,65€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 29,90€
- iii) Taxa de O.E.P.: 58,80€
- iv) Tapume: 205,80€

**TOTAL = 393,15€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 4487, datada de 11 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,





devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo com a informação fornecida,  
A consideração superior.  
Ramboulo, 24/04/19.

Concordo com a informação técnica.

A pedido do h. DN6AP, do. Miguel Antunes

2019/04/30

→

Concordo  
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães

7/5/2019

A 5 de Maio.

19.05.08

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 8971

Data: 22/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 303/2019 – *Compagnia Delgusto* Restauração, Lda., com o número de identificação fiscal 514 495 685 - taxas de Ocupação do Espaço Público (andaime/tapume e contentor) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua D. Diogo de Sousa, n.ºs 19, 21 e 21A, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 525,45€ (quinhentos e vinte e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 98,65€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 29,90€
- iii) Taxa de O.E.P.: 147,00€
- iv) Tapume: 249,90€

**TOTAL = 525,45€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 6462, datada de 27 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais







de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

concorda com a informação.  
A consideração superior.  
Dmundo, 24/04/15.

Concorda com a informação.

A cadeia de h. DMGAP, Dr. Miguel Jim.

2019/04/30

→

Concedo.  
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospeção  
Miguel Antunes Guimarães  
15/2/2015

À vs do Excmo.

19.05.08

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 10228

Data: 02/04/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 340/2019 – Manuel Ferreira Lopes, com o número de identificação fiscal 119 383 764 - taxas de Ocupação do Espaço Público (tapume e andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua dos Chãos, n.ºs 63 e 65, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 194,45€ (cento e noventa e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

i) Prazo da licença (1 mês): 14,95€

ii) Emissão de alvará: 98,65€

iii) Tapume: 68,60€

iv) Taxa de O.E.P.: 12,25€

**TOTAL = 194,45€**

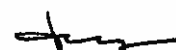
A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 4101, de 06 de fevereiro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais



de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Joana Barroso*

*Concedido com a importância  
feita a consideração  
superior,  
Braga, 24/04/2015.*

*Concedido com a importância técnica.  
À vista do h. DRGAP, Dr. Miguel  
Ferreira.  
2019/04/30*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães  
21/5/2015

*A 5 de Maio.*

*190508*

*[Handwritten signature]*

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 7216

Data: 07/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 09/2017 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público para realização de obras de conservação de imóvel sito na Avenida General Norton de Matos nº 32, freguesia de S. Vicente, desta cidade, representado pela Administração de Condomínio, Identificação Fiscal nº 901 605 816, no valor de 1 172,02 € (mil cento e setenta e dois euros e dois cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 95,56€
- ii) Prazo 2 meses x 14,31€ = 28,62€
- iii) O.V.P. = 42,00m<sup>2</sup> x 2 meses x 2,36€ = 198,24 €
- iv) Tapume = 20m x 9 pisos x 2 meses x 2,36€ = 849,60 €

**TOTAL = 1 172,02 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/3341, datada de 11/10/2017.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

*Concordo com a informação  
à unidade do h. DMGAP,  
M. Miguel Antunes  
2019/04/30*

*Concordo com a informação  
trazida. A Consideração  
superior. Deixado, 29/04/19.*

*Concordo.  
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães*



Nº Informação: 6379

Data: 26/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1389/2018 – taxas referentes à ocupação da via pública para colocação de andaime para apoio a obras de conservação de prédio sito na Rua do Souto nº 99 União das freguesias de Braga (S. João do Souto e S. José de S. Lázaro), desta cidade propriedade da Empresa Nortempresa, Lda, pessoa coletiva nº 509312519, no valor de 163,38 € (cento e sessenta e três euros e trinta e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar à liquidação das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i – Emissão de alvará – 96,56€

Prazo – 1 mês x 14,46€ = 14,46€

Tapume – 4,00m x 1,00m x 1,00m = 6,00m<sup>2</sup> x 3 x 1 mês x 2,38€ = 42,84 €

O.V.P. – 4,00m x 1,00m = 4,00 m<sup>2</sup> x 1 mês x 2,38 € = 9,52 €

TOTAL – 163,38 €

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/32875, datada de 23/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, convocado superiormente para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, o qual obteve despacho favorável do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, será assim, de seguir a opinião do parecer jurídico, remetendo-se para os fins tidos por convenientes.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A consideração superior.

A Divisão Financeira.

Quando com a informação.  
A unidade de h. DMGAP.  
2. A. F. J. J. J.

2019/04/30

Quando com a informação  
técnica. A consideração superior.  
Data: 29/04/19.

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães





Nº Informação: 12671

Data: 26/04/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 14480/2017 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público (grua) para apoio a obras de reconstrução, alteração e ampliação de dois edifícios existentes, na Rua de S. Vicente, nºs 84 a 86, desta cidade, propriedade de PANORAMA ORDENADO UNIPessoal, Lda, pessoa coletiva nº 514615079, no valor de 197,24€ (cento e noventa e sete euros e vinte e quatro cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 4 meses x 14,95€ = 57,84€
- iii) O.V.P. = 3,00m x 1,50m = 4,50m<sup>2</sup> x 4 meses x 2,38€ = 42,84€

**TOTAL = 197,24€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/31050, datada de 09/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga  
Balcão Único Municipal  
MODCMB02001\_00

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Amândio Guimarães

www.cm-braga.pt - e-mail: municipe@cm-braga.pt  
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30  
Página 1 de 3

*8 - 5 do Senhor 195508*

*7/5/2019*  
*[Handwritten signature]*

*Concordo com a informação técnica.  
A consideração superior.  
Data: 29/04/19.*

*Concordo com a informação técnica.  
A consideração superior.  
Miguel Amândio  
2019/04/30*

Nº Informação: 7160

Data: 06/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 804/2018 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público para realização de obras de alteração do edifício sito no Largo Senhora da Boa Luz, nº 13-União das Freguesias de (Maximinos, Sé e Cidade) desta cidade, propriedade de Sara Correia Lemos, contribuinte nº 251299210, no valor de 267,85€ (duzentos e sessenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de autorização de utilização - 149,50 €
- ii) Três unidades de ocupação (Comércio) - 3 unidades x 39,45€ = 118,35 €

**TOTAL = 267,85 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/32010/2018 datada de 16/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,



Concordo com a informação técnica.  
A pedido do Sr. DMGAP, Dr.  
Miguel Antunes.

2019/04/30

Concordo com a informação técnica.  
À Consideração Superior.  
Miguel Antunes, 24/04/2019.

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães

7/5/2019

A ns do Senhor. 192008



Nº Informação: 7157

Data: 06/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 413/2018 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público (contentor) para apoio a obras de conservação, pinturas de fachada, substituição de caixilharias exteriores e remodelação de interior, do prédio sito no Largo de Santa Cruz, nº 35, U.F. (S. João do Souto e S. José de S. Lázaro) desta cidade, propriedade de José Tiago de Andrade dos Santos Martins Pacheco, contribuinte nº 208577050, no valor de 311,84 € (trezentos e onze euros e oitenta e quatro centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 2 meses x 14,46€ = 28,92€
- iii) Tapume - 4,70m x 1,50m + 1,50m = 7,70m x 3 pisos x 2 meses x 2,38€ = 109,96 €
- iv) O.V.P. - 4,70m x 1,50m = 7,05m² x 2 meses x 2,38 € = 33,56 €
- v) O.V.P. contentor - 9,00m² x 2 meses x 2,38 € = 42,84 €

**TOTAL = 311,84 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de 111118, datada de 10/04/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,



Concluído com a informação técnica.

À consideração do Sr. DMGAP,

Dr. Miguel Antunes Guimarães.

2019/04/30

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães

Concluído com a informação técnica.  
A consideração superior.  
Bragança, 24/04/19.

A ns do Excmo. 190508





Nº Informação: 7377

Data: 08/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 13721/2017 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público para colocação de (andaime e tapume), de apoio a realização de obras de alteração e ampliação de edifício sito na Rua de Santa Margarida nº 7 e 9, freguesia de S. Vicente, desta cidade, propriedade de Paulo Jorge Cibrão Pinto, contribuinte nº 203 752 767, no valor de 948,55€ (novecentos e quarenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 16 meses x 14,46€ = 231,36 €
- iii) Áreas totais - 275,70 m x 1,12€ = 308,79 €
- iv) Emissão da licença de ocupação - 96,56 €
- v) Prazo da licença de O.V.P. - 6 meses x 14,46 € = 86,76 €
- vi) Tapume - 4 pisos x 6 meses x 2,38 € = 57,12 €
- vii) O.V.P. - 5,00m2 x 6 meses x 2,38 € = 71,40 €

**TOTAL = 948,55 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/5121 datada de 14/02/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

*[Assinatura]*

*Guarido e inter técnica.  
A Divisão de G. D. N. G. A. P.  
N. R. M. L. M.*

*Concordo com a informação  
feita. A Consideração  
superior. P. M. L. M. 24/04/19*

2019/04/30

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
*[Assinatura]*  
71512249

Nº Informação: 10330

Data: 02/04/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 353/2016 – Confraria do Bom Jesus do Monte, com o número de identificação fiscal 501 132 430 - taxas de Licença para realização de obras de conservação e restauro das estruturas integradas no Santuário do Bom Jesus do Monte, Lugar do Bom Jesus, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, no valor de 183,32€ (cento e oitenta e três euros e trinta e dois cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (6 meses): 86,76€

**TOTAL = 183,32€**


A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 22289, datada de 10 de julho de 2018.

O artigo H-1/16º refere:

1. Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:
  - a) As freguesias;
  - b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
  - c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
  - d) As pessoas coletivas religiosas;
  - e) As associações desportivas legalmente constituídas;
  - f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
  - g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do artigo H-1/19º que refere: “As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;”.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.


Joana Barroso

Parecer Favorável. À Consideração superior.  
Palmoliveira, 26/04/19.

Concordo com a opinião técnica. O pedido  
enquadra-se no alínea d) do artigo 4-1/16.<sup>o</sup>  
do CEBrge.


À unidade do h. DMGAP, Dr. Rafael F.

2019/04/30

  
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães  
7/5/2019

À S. do Senhor.

Utilizador: Joana Barroso

190508  


Nº Informação: 7500

Data: 11/03/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 279/2013 - taxas de obras referente a reabilitação, conservação e restauro da Venerável Ordem terceira de S. Francisco de Braga, sita no largo de S. Francisco, União de Freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto) contribuinte nº 501 168 010, no valor de 13 781,73€ (treze mil setecentos e oitenta e um euros e setenta e três cêntimos).  
As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 95,56€
- ii) Prazo 20 meses x 14,31€ = 286,20 €
- iii) Áreas a construir - 237,09 x 1,10€ = 260,80€
- iv) Emissão da Licença de tapume e O.V.P. - 95,56€
- v) Prazo - 15 meses x 14,31€ = 214,65€
- vi) Tapume - 60,00 + 1,80m + 1,80m = 108,00m2 x 15 x 2,36 € = 9 005,76€
- vii) O.V.P. - 60,00m x 1,80m = 108,00m2 x 15 meses x 2,36€ = 3 823,20 €

**TOTAL = 13 781,73€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da informação prestada através do Ped 5845/2017.

O artigo H-1/17º refere:

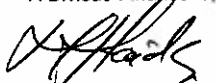
- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,



Concordo com a informação técnica. A Coordenadora Superior, 2019/04/30

Concordo com a informação técnica. A Coordenadora Superior, 2019/04/19.